



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7219 A

Presidente da Mesa Diretora: Ivan José Lopes

Espécie: Emenda

Categoria: Lei Orgânica do Município

Autoria: Antônio Silveira de Sá e outros

Data: 06/02/2007

Descrição Sumária: EMENDA Nº 38, de 27/03/2007. Altera a redação do parágrafo 2º do artigo 27 da Lei Orgânica Municipal. (Dispõe sobre eleição da Mesa Diretora).

Controle Interno – Caixa: 02

Posição: 39

Número de folhas: 05

EMENDA A LOM. 38/2007



27.03.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 01 /2007

AUTOR:

Vereadores – Antonio Silveira, Ademar Bicalho, Lipa Xavier, júnior
Samambaia, e Valcir.

ASSUNTO:

Altera o parágrafo 2º do Art. 27 da Lei Orgânica Municipal e dá outras
providências.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em – 06/02/2007
- 2 - Comissão Legislação e Justiça e Especial
- 3 - APROVAÇÃO em 1ª EM. 13.03.2007
- 4 - APROVAÇÃO em 2ª EM. 27.03.2007
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 38, de 27 de março de 2.007.

Altera o parágrafo 2º do Art. 27 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros / MG, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG aprovou, e seu Presidente, Promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município.

Art. 1º - O parágrafo 2º do art. 27 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros-MG, passa a vigorar com a seguinte Redação:

“ Art. 27 - ...

§ 1º -

§ 2º - A eleição da Mesa Diretora para o mandato subsequente, realizar-se-á na última reunião ordinária do ano anterior, quando os eleitos assinarão termo de posse com vigência a partir de 1º de janeiro do ano subsequente”.

Art. 2º - Essa Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 28 de março de 2.007.


VEREADOR – CORIOLANDO DA S. RIBEIRO AFONSO
PRESIDENTE DA CÂMARA


VEREADOR – HERÁCLIDES GONÇALVES FILHO
1º SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº _____ / 2.007

Altera o parágrafo 2º do Art. 27 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros-MG, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG aprovou e seu Presidente Promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Montes Claros-MG.

Art. 1º - O parágrafo 2º do art. 27 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros-MG, passa a vigorar com a seguinte Redação:

“Art. 27...

§ 1º...

§ 2º - A eleição da Mesa Diretora para o mandato subsequente, realizar-se-á na última reunião ordinária do ano anterior, quando os eleitos assinarão termo de posse com vigência a partir de 1º de janeiro do ano subsequente”.

Art. 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de Montes Claros-MG, entrará em vigor na data de sua publicação, revogando se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 06 de janeiro de 2007.

A. Silveira
Vereador - Antonio Silveira de Sá

Cemilson
W. J. Silva

Pres. da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUS TICA
EM 06 DE FEVEREIRO DE 2007
[Signature]
PRESIDENTE

*Legal e Constitucional
Tudo mais
12/02/07*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE ESPECIAL
EM 06 DE FEVEREIRO DE 2007
[Signature]
PRESIDENTE

*Sessão pela aprovação
C/ [Signature]*

*(SEM EFEITO)
[Signature]
[Signature] 702*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
EM 13 DE MARÇO DE 2007
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
EM 27 DE MARÇO DE 2007
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº _____/2007 QUE
“Dispõe sobre alterações no Regimento Interno da Câmara Municipal de
Montes Claros e dá outras providências”, de autoria do Vereador Antonio
Silveira de Sá.**

Projeto de Resolução enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo.

Quanto à sua legalidade, não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto, haja vista tratar-se de assunto interno da Câmara Municipal.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 08 de fevereiro de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605